

País formaliza resposta a credor

"Agora, não depende mais da gente", diz Bracher. A fórmula brasileira prevê depósito de juros suspensos e a manutenção das linhas de curto prazo de US\$ 15 bilhões

MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

WASHINGTON — O Brasil já entregou aos Estados Unidos a sua resposta a uma fórmula norte-americana para um acordo nas negociações da dívida. "Cabe agora aos americanos tomar uma decisão: a bola está no pé deles", como resumiu uma fonte a *O Estado* e ao *JT*.

A resposta brasileira foi entregue pelo enviado especial do Brasil, Fernão Bracher, na manhã de ontem, em Washington, ao secretário-assistente do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford.

O governo norte-americano deve agora passá-la para o comitê de bancos credores e a outros governos, europeus e japoneses, antes da resposta ao Brasil.

"As negociações estão fluindo", garantiu a mesma fonte no final do dia de ontem, sem fixar o momento do próximo passo, que deve ser dado logo, "porque todos estão com pressa".

A fórmula, apresentada por escrito pelo governo norte-americano, e elaborada com a participação dos negociadores brasileiros, prevê o depósito de juros da dívida suspensos com a moratória no Banco Internacional de Compensação, na Basileia, Suíça, e a manutenção das linhas de curto prazo no valor de US\$ 15 bilhões.

Um ponto ainda em discussão é o montante dos juros que devem ser depositados: fala-se de US\$ 1,5 bilhão, pelo Brasil, e outros US\$ 3 bilhões, refinanciados pelos próprios bancos, talvez apenas com uma operação contábil. Outra divergência é

sobre o tempo de rescalonamento da dívida: até 1989, como pede o governo brasileiro, ou só até o ano que vem, como querem os banqueiros.

A fórmula redigida pelo governo norte-americano contém algumas limitações e exigências, como apuraram *O Estado* e o *JT*, que "não chegam a ser obstáculos insuperáveis, pois a proposta é muito engenhosa, com suficiente plasticidade. Há condições de viabilidade, sim".

Quando encontrou-se com o diretor da área externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas, na manhã de ontem, na esquina das ruas Lexington e 53, em Nova York, um advogado norte-americano envolvido nas negociações, ignorando a presença de um repórter, comentou, bastante crítico, num português carregado de sotaque:

"Deu buraco enorme no Brasil. Buraco enorme".

— Que buraco? — perguntou-lhe Seixas.

"Buraco na imprensa. Leak" (vazamento).

O advogado estava se referindo às notícias de que uma fórmula tinha sido encontrada para acabar com a moratória brasileira, tirando as negociações de um delicado impasse. O enviado especial do Brasil, Fernão Bracher, na mesma esquina, no dia anterior, anteontem, já tinha confirmado as primeiras informações publicadas espantando-se como transpiraram. Mas em Washington, ontem, ele desconversou, sempre que questionado pela imprensa. E ironizou, dizendo que as negociações estão "para cima, e para o alto". O que vai acontecer no dia 26? (o antigo prazo para uma decisão sobre o rebaixamento do Brasil e a reclassifi-

cação de sua dívida pelos credores) "Até acontecer, nada aconteceu". Quando o senhor vai anunciar algo? "No minuto seguinte ao que ocorrer".

A única frase que Fernão Bracher diria ligada ao que acabava de acontecer foi exatamente a última. "Agora não depende mais da gente." Ele acabava de entregar a resposta do Brasil ao governo norte-americano, e partiu dali para uma visita de cortesia ao Banco Mundial, iniciando um período de espera de consultas intergovernamentais e interbancárias. Prudentemente, sua reserva, no Madison Hotel, está garantida até o dia 29, pois dificilmente se encontra hotéis vagos em Nova York. Nesse dia, também como informou uma fonte do governo norte-americano, deverá estar concluída a reunião da comissão interministerial que examinará a dívida brasileira, para uma decisão sobre sua reclassificação.

O Brasil não está conversando diretamente com os governos europeus e japoneses, sobre a fórmula capaz de produzir um acordo para o final da moratória, porque "nesse problema de dívida externa, quando se trata da América Latina, os Estados Unidos assumem um papel de liderança", explica uma fonte.

A mesma fonte revela que as dificuldades para um acordo "são grandes em quantidade, mais do que em qualidade", e que a negociação "é uma coisa que está fluindo". Para ela, a pressa existente com datas sendo fixadas "complica e ajuda ao mesmo tempo". Uma dificuldade extra, constatada desde o reinício das negociações, é a desunião entre os banqueiros, no comitê que os reúne. Eles estão muito divididos sobre a acolhida e o tratamento que devem dispensar ao Brasil.

Fora os US\$ 4,5 bilhões de juros que seriam depositados no Banco Internacional de Compensação, há os US\$ 10,4 bilhões que foram pedidos no plano apresentado pelo Brasil a seus credores.